



Moção

Encerramento dos serviços de urgência obstetrícia, blocos de parto e urgências pediátricas na Região

O encerramento, durante três fins-de-semana consecutivos (19 e 20 de Abril, 26 e 27 de Abril e 3 e 4 de Maio) de todos os serviços de urgência obstetrícia, blocos de parto e urgências pediátricas da região de Setúbal, figura mais um grave capítulo na degradação da capacidade de resposta dos hospitais públicos.

Consequência dramática de décadas de desinvestimento no SNS e desvio do orçamento público para o sector privado da saúde, o já recorrente encerramento, total ou parcial, destes serviços nos hospitais de Setúbal, Almada e Barreiro, explicita um gravíssimo retrocesso no acesso à saúde, obstaculizando determinadamente o acesso de todas as mulheres à assistência na gravidez, parto e pós-parto.

A incerteza da resposta do SNS, a insegurança e as desigualdades e assimetrias regionais no acesso à saúde, irão continuar a forçar as mulheres grávidas da nossa região a percorrer extensos quilómetros enfrentando a já recorrente hipótese de ter um parto na ambulância, num profundo desrespeito pelo direito a um parto tranquilo e em segurança e a serviços de saúde ginecológica e obstétrica de qualidade.

Agrava-se a sobrelotação das escassas unidades de saúde em funcionamento, dando continuidade à degradação dos serviços e das condições de trabalho dos profissionais. Agrava-se também a já identificada necessidade de reforçar o número de profissionais de saúde no Hospital de São Bernardo, em particular, de médicos ligados a estas especialidades, posta a sua corrente desvalorização profissional, social e remuneratória. Empurram-se os profissionais para o privado e traça-se o caminho para a privatização da saúde materno-infantil, comprometendo o acesso, em condições de igualdade, de todas as mulheres e crianças à incontornável conquista de Abril que é o SNS.





Assembleia Municipal de Setúbal

A resposta avançada pelo Ministério da Saúde - o contacto prévio para a Linha SNS Grávida -, apresenta-se francamente incapaz de avaliar riscos à distância e concretiza sérios obstáculos no acesso à saúde.

Só o investimento no SNS assegurará o robusto funcionamento dos serviços de obstetrícia e pediatria, garantindo da universalidade do direito à saúde independente da condição económica e social dos utentes.

Exige-se, pois, ao Governo outra política de saúde, em particular na saúde materno-infantil, que se pautar pela valorização e investimento no SNS e nos seus profissionais, garantindo serviços de saúde de qualidade e em segurança na nossa região e em todo o país.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 29 de Abril de 2025, delibera:

- 1) Manifestar a sua solidariedade com os utentes e os profissionais de saúde que, afectados pelas sucessivas políticas de desinvestimento no SNS, se defrontam com o encerramento e as crassas limitações nos serviços prestados;
- 2) Reafirmar a necessidade de medidas concretas e urgentes, de contratação, dignificação e valorização dos profissionais da saúde e das suas carreiras, designadamente na especialidade de ginecologia e obstetrícia, melhorando a remuneração base e reduzindo o horário e carga de trabalho;
- 3) Exigir o reforço do financiamento do SNS por forma a concretizar a melhoria das condições materiais dos meios e instalações destes serviços;
- 4) Enviar esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministério da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Centro Hospitalar de Setúbal, ARS-LVT, ACES Arrábida, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Assembleia Municipal de Setúbal, 29 de Abril de 2025

Os eleitos da CDU,

